

Ofício Circular n. 037/2016 – CML/PM

Manaus, 27 de abril de 2016.

Senhores Licitantes,

Trata-se de Impugnação apresentada por uma empresa, referente ao Pregão n. 026/2016 – CML/PM, cujo objeto versa sobre a *“Eventual contratação de serviço de transporte com veículos tipo ônibus, para atender a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Manaus, compreendendo suas unidades escolares”*.


Acerca do prazo para protocolo de eventuais Impugnações, dispõe o item 22.4 do Instrumento Convocatório que o prazo limite é até o segundo dia útil anterior à data de sessão de abertura. Assim sendo, a referida Impugnação é tempestiva, haja vista que foi protocolada no dia 26/04/2016, às 11h23min e a sessão de abertura será apenas no dia 06/05/2016, às 09h.

No mesmo sentido, dispõe o item 22.4.3 do Edital, que o Pregoeiro se manifestará no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, portanto, a presente resposta é tempestiva, uma vez que a referida Impugnação foi protocolada no dia 26/04/2016, às 11h23min.

No que tange ao mérito da Impugnação apresentada, vislumbra-se que a referida empresa Impugnante requer o que segue:

“(...) solicitar que seja incluído no Edital do Pregão a documentação, abaixo, que já faz parte das Qualificações Técnicas, exigidas no Projeto Básico:

- Registro da empresa, junto a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos – SMTU, para operar no serviço de Transporte Coletivo de Escolares, conforme Lei Municipal n. 1.254 de 01/07/2008 (cópia da Lei em anexo).”



Prefacialmente, importante ressaltar que o certame tem por objeto o transporte coletivo de escolares e que, sobre o tema, existe regulamentação tanto na Lei Municipal n. 1.254 de 01/07/2008, quanto no Decreto Municipal n. 1.892 de 10/07/2014.

Nesse diapasão, importante a leitura do art. 3º da Lei Municipal n. 1.254/08 e o do art. 3º do Decreto Municipal n. 1.892/14:

Lei Municipal n. 1.254/08


“(...) Art. 3º Para operar o serviço de transporte de escolares, os veículos deverão ter capacidade acima de 5 (cinco) passageiros, incluído motorista, ser de propriedade do interessado, além de estarem licenciados no Município de Manaus, nos termos da Lei Orgânica do Município, e mediante licença municipal e prévia obtenção de Certificado de Registro perante o Órgão Municipal Gestor de Transportes. (...)”

Decreto Municipal n. 1.892/14

“(...) Art. 3º Os veículos utilizados no transporte de escolares deverão ter capacidade de lotação superior a 5 (cinco) passageiros, incluindo o motorista, serão licenciados no Município de Manaus e obrigados a possuir licença municipal e certificado de registro expedido pela SMTU. (...)”

Assim sendo, conforme se depreende da leitura dos dispositivos acima transcritos, para operar o serviço de transporte de escolares é necessária licença municipal e o certificado de registro expedido pela SMTU.

No caso em epígrafe, de fato o Edital do Pregão n. 026/2016 – CML/PM não faz as referidas exigências, restringindo-se apenas a requerer das licitantes o Certificado de Regularidade junto à SMTU, documento este que não habilita a empresa a operar o serviço de transporte de escolares, assistindo razão, em parte, a Impugnante, uma vez que não requereu a inclusão da licença municipal, mas tão somente o certificado de registro.



Desta forma, nesta oportunidade a CML faz as seguintes modificações nos itens do Edital:

- 1) Primeiramente, faz-se necessária a exclusão do item 4.4.11 do Edital;
- 2) Em segundo, necessária a inclusão de item na Qualificação Técnica, que disponha da seguinte forma: *“Os licitantes deverão apresentar licença municipal e o certificado de registro expedido pela SMTU”, conforme art. 3º da Lei Municipal n. 1.254/08 e art. 3º do Decreto Municipal n. 1.892/14.”*

Por fim, importante destacar que as referidas alterações feitas nesta oportunidade, não afetam o valor das propostas, podendo ser feitas por simples errata, a serem levadas ao conhecimento dos interessados, não havendo a necessidade de reformulação do Edital, nos termos do art. 20, parágrafo 4º da Lei 8.666/93, como corrobora jurisprudência a seguir transcrita:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA ESCOLHA DE PRESTADOR DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. PREGÃO PRESENCIAL. PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL MEDIANTE ERRATA. INEXISTÊNCIA DE MODIFICAÇÕES QUE PUDESSEM ALTERAR AS PROPOSTAS DE PREÇO. DESNECESSIDADE DE REFAZIMENTO DO EDITAL E REABERTURA DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS. DIREITO LIQUIDO E CERTO INEXISTENTE. SENTENÇA REFORMADA. I Nos termos do art. 21, parágrafo 4º da Lei 8666/1993, aplicável ao pregão por força do art. 9º da Lei 10.520/2002, qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. II Tratando-se de exigências para a habilitação dos licitantes, sem interferência no preço dos serviços, podem elas ser implementadas mediante simples errata

encaminhada aos interessados, não havendo necessidade de reformulação do edital, nem de nova publicação do aviso de convocação, tão pouco de reabertura do prazo de apresentação das propostas. III Segurança denegada. Apelação provida. (TJ-MA - APL: 0398052012 MA 0002891-55.2011.8.10.0001, Relator: MARCELO CARVALHO SILVA, Data de Julgamento: 29/01/2013, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 08/02/2013).

Sem mais para o momento, na certeza de ter respondido todos os questionamentos formulados, esta Comissão Municipal de Licitação se coloca à disposição para os esclarecimentos necessários.

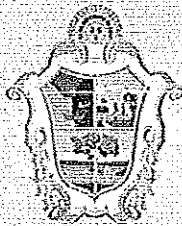
Atenciosamente,



CLEÍSE ÂNGELA MORAES FONTES

Pregoeira





DIÁRIO OFICIAL do MUNICÍPIO de MANAUS

Manaus, quinta-feira, 10 de julho de 2014.

Ano XV, Edição 3447 - R\$ 1,00

Poder Executivo

LEI Nº 1.892, DE 10 DE JULHO DE 2014

DISPÕE sobre o Serviço de Transporte Coletivo de Escolares no município de Manaus e dá outras providências.

O PREFEITO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O Serviço de Transporte Coletivo de Escolares no Município de Manaus reger-se-á pelas disposições desta Lei, observada a legislação nacional e estadual específica.

Art. 2º A gestão do serviço de que trata esta Lei, compreendendo organização, regulamentação e controle, compete à Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, entidade municipal gestora de transportes.

Parágrafo único. No exercício da competência que lhe confere o caput deste artigo, a SMTU poderá editar normas complementares e executar medidas indispensáveis ao exercício do seu regular poder de polícia, tais como, realizar vistorias e diligências, aplicar sanções e apreender veículos.

Art. 3º Os veículos utilizados no transporte de escolares deverão ter capacidade de lotação superior a 5 (cinco) passageiros, incluindo o motorista, serão licenciados no Município de Manaus e obrigados a possuir licença municipal e certificado de registro expedido pela SMTU.

§ 1º O transporte de escolares poderá ser prestado por pessoa física ou jurídica, desde que com previsão entre as atividades da empresa, no contrato social.

§ 2º A pessoa jurídica deverá ser proprietária do veículo cadastrado no sistema para prestação do serviço, resguardadas, entretanto, todas as autorizações emitidas pela SMTU para esta modalidade de transporte até a presente data.

§ 3º A autorização para o serviço de que trata esta Lei será formalizada mediante termo do qual constará o número do prefixo e a identificação do autorizador.

§ 4º A pessoa jurídica deverá dispor de garagem compatível com a frota cadastrada na SMTU.

Art. 4º O Certificado de Registro de que trata o caput do art. 3º desta Lei terá prazo de validade de 1 (um) ano e será renovado sucessivamente por igual período, desde que atendidas as exigências legais e regulamentares.

§ 1º O Certificado de Registro é de porte obrigatório e será afixado na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em quantidade superior à autorizada.

§ 2º É proibida a condução de passageiros que não estejam sentados.

§ 3º Os veículos cadastrados para prestar o serviço de que trata esta Lei não poderão ser utilizados em outras modalidades de transporte, assim como veículos de outras atividades não poderão atuar no seguimento de transporte escolar.

§ 4º Serão cadastrados na SMTU o condutor principal, o condutor auxiliar e o acompanhante auxiliar.

§ 5º O acompanhante auxiliar, necessariamente maior e capaz, será responsável pelo acompanhamento do estudante menor até o interior da escola.

Art. 5º Os veículos utilizados no transporte de escolares obedecerão as normas expedidas pela SMTU, além daquelas emanadas do Departamento Estadual de Trânsito.

Art. 6º A identificação e a padronização dos veículos serão regulamentadas pela SMTU.

Art. 7º Os veículos não poderão ter suas características modificadas sem prévia autorização da SMTU e serão anualmente vistoriados, independentemente da vistoria realizada por ocasião do licenciamento anual.

Art. 8º A vida útil dos veículos que prestam o Serviço de Transporte de Escolares será de 10 (dez) anos para veículos de até 16 (dezesesseis) lugares e de 15 (quinze) anos para veículos a partir de 23 (vinte e três) lugares.

Parágrafo único. Os veículos serão obrigatoriamente substituídos até o dia 31 de dezembro do ano em que completarem dez (10) ou quinze (15) anos, conforme estabelecido no caput deste artigo.

Art. 9º Fica proibida publicidade externa nos veículos cadastrados na SMTU para o transporte de escolares, exceto a própria publicidade, nos termos e padrões definidos pela própria Superintendência.

Art. 10. Além das hipóteses puníveis com a exclusão do sistema previstas nesta Lei, implicará o cancelamento imediato de licença:

- I - o inadimplemento das obrigações para com o Poder Público por mais de 3 (três) meses;
- II - o desvio de finalidade do objeto da licença;
- III - a negligência ou a imperícia na execução do serviço.

Art. 11. Considera-se infração administrativa toda ação ou omissão de condutor, acompanhante auxiliar ou autorizador que contrarie disposições legais, regulamentares e atos normativos pertinentes ao Serviço de Transporte de Escolares.

§ 1º Além das cominadas pelo Código de Trânsito Brasileiro, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- I - multa;
- II - medida administrativa;
- III - revogação da autorização.

§ 2º A pena de multa será aplicada e calculada com base na Unidade Fiscal do Município de Manaus - UFM.

§ 3º A prática de duas ou mais infrações implicará penalidades cumulativas.

§ 4º O processo administrativo de apuração das infrações e a forma de interposição de recursos obedecerão ao disposto em decreto do Poder Executivo, com garantia de ampla defesa.

§ 5º Os condutores são responsáveis pelos atos que praticarem na direção de veículos.

§ 6º A responsabilidade de que trata o § 5º deste artigo recairá sobre o proprietário do veículo na impossibilidade de identificação do condutor infrator.

Art. 12. Constituem infrações administrativas, sujeitando seus autores, sejam condutores, acompanhantes auxiliares ou autorizados, a penalidade de multa e a medida administrativa:

I - embarcar a fiscalização do Poder Público:

Pena – multa de 3 (três) UFMs.

II - tratar com falta de urbanidade os passageiros e os prepostos do Poder Público:

Pena – multa de 2 (duas) UFMs.

III - circular com publicidade no veículo:

Pena – multa de 2 (duas) UFMs.

Medida administrativa – retenção do veículo para regularização.

IV - trafegar em veículo com pneus defeituosos ou inseguros:

Pena – multa de 4 (quatro) UFMs.

Medida administrativa – retenção do veículo para regularização.

V - trafegar com veículo sem cintos de segurança, com cinto defeituoso ou em quantidade menor que a de assentos do veículo:

Pena – multa de 4 (quatro) UFMs.

Medida administrativa – retenção do veículo para regularização.

VI - trafegar sem habilitação do condutor ou com habilitação vencida ou incompatível para o serviço:

Pena – multa de 10 (dez) UFMs.

Medida administrativa – retenção do veículo para regularização.

VII - trafegar com veículo sem extintor de incêndio ou com extintor descarregado ou vencido:

Pena – multa de 3 (três) UFMs.

Medida administrativa – retenção do veículo para regularização.

VIII - trafegar com veículo sem limpador de pára-brisa ou com limpador defeituoso:

Pena – multa de 3 (três) UFMs.

Medida administrativa – retenção do veículo para regularização.

IX - conduzir veículo com passageiros que não estejam devidamente sentados ou com os cintos de segurança desafivelados:

Pena – multa de 5 (cinco) UFMs.

Medida administrativa – retenção temporária do veículo para adequação da norma. Em caso de recusa ou reincidência, será revogada a autorização.

X - trafegar com veículo sem bancos e encostos ou com estes danificados ou soltos:

Pena – multa de 3 (três) UFMs.

Medida administrativa – retenção para regularização do veículo.

XI - conduzir veículo portando arma de qualquer natureza:

Pena – multa de 10 (dez) UFMs.

Medida administrativa – retenção do veículo.

XII - trafegar em veículo com documentação irregular:

Pena – multa de 5 (cinco) UFMs.

Medida administrativa – apreensão do veículo.

XIII - operar com veículo não cadastrado no Poder Público:

Pena – multa de 10 (dez) UFMs.

Medida administrativa – apreensão do veículo.

XIV - trafegar com veículo com padronização visual exterior inadequada:

Pena – multa de 5 (cinco) UFMs.

Medida administrativa – apreensão do veículo.

XV - trafegar sem autorização do Poder Público para a prestação de serviço de transporte de escolares:

Pena – multa de 20 (vinte) UFMs.

Medida administrativa – apreensão do veículo para regularização.

XVI - operar com motorista auxiliar ou com acompanhante auxiliar não cadastrado na SMTU:

Pena – multa de 4 (quatro) UFMs.

Medida administrativa – apreensão do veículo para regularização.

XVII - trafegar com veículo sem tacógrafo ou com o equipamento defeituoso ou adulterado:

Pena – multa de 5 (cinco) UFMs.

Medida administrativa – apreensão do veículo. Na reincidência, revogação da autorização.

XVIII - prestar o serviço de transporte de escolares sem o acompanhante auxiliar ou com infração ao disposto na § 5º do art. 4º desta Lei:

Pena – multa de 2 (duas) UFMs.

Medida administrativa – revogação da autorização.

XIX - prestar informações falsas ao Poder Público:

Pena – multa de 8 (oito) UFMs.

Medida administrativa – na reincidência, perda da autorização.

XX - alienar ou transferir veículo vinculado ao serviço autorizado sem conhecimento do Poder Público:

Medida administrativa – perda da autorização.

XXI - desviar a finalidade do objeto da autorização concedida pelo Poder Público:

Pena – multa de 10 (dez) UFMs.

Medida administrativa – revogação da autorização.

XXII - cometer imprudência, negligência ou imperícia na execução do serviço:

Medida administrativa – revogação da autorização.

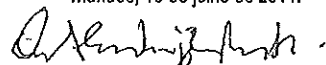
XXIII - conduzir escolares em quantidade superior à autorizada:

Pena – multa de 2 (duas) UFMs.

Art. 13. Os autorizados do Serviço de Transporte de Escolares ficam sujeitos às taxas e emolumentos estabelecidos no Anexo Único desta Lei.

Art. 14. Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.254, de 1º de julho de 2008, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 10 de julho de 2014.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus


LOURENÇO DOS SANTOS PEREIRA ARAGÃO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil